

# POR UMA ABORDAGEM ECONÔMICA NÃO REDUCIONISTA <sup>1</sup>

*Roberto Guena de Oliveira*<sup>2</sup>

Este artigo procura argumentar que o entendimento adequado de alguns problemas econômicos requer uma abordagem alternativa à oferecida pela economia convencional. Esta abordagem daria ênfase ao estudo da reprodução das formações econômicas modernas e de seu devir. Argumenta-se aqui também que a obra madura de Karl Marx é uma importante referência para o desenvolvimento deste tipo de abordagem. O texto se divide em três partes: na primeira delas, argumenta-se que a teoria neoclássica não é, mesmo que pretenda ser, uma teoria reducionista; na segunda, discute-se alguns problemas que seriam relevantes se se reconhecesse a inviabilidade de uma explicação reducionista para as ciências sociais; finalmente, na terceira parte, procura-se mostrar que a obra de Marx, partindo de um ponto de vista semelhante ao aqui defendido, chega a resultados interessantes tanto do ponto de vista teórico quanto do ponto de vista prático-normativo.

## 1 - A ECONOMIA NEOCLÁSSICA COMO TEORIA REDUCIONISTA

À primeira vista poderia parecer que a teoria econômica neoclássica é uma prova contundente da possibilidade de se compreender a ordem social exclusivamente a partir de pressupostos psicológicos acerca dos agentes econômicos e de pressupostos relativos às condições técnicas de produção. De fato, uma análise inicial daquilo que parece ser uma dos principais pontos de referência de toda a teoria neoclássica contemporânea, o modelo de equilíbrio geral de Arrow e Debreu, sugere que as relações mercantis estabelecidas pelos agentes deste modelo derivam rigorosamente de axiomas puramente técnicos e comportamentais. Assim, um antigo projeto

---

1 Este artigo foi escrito originariamente como trabalho de conclusão de curso da disciplina Economia e Ideologia, ministrada pelo professor doutor Eleutério Fernando da Silva Prado, no curso de pós-graduação em Economia da Universidade de São Paulo.

2 Professor da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo - Campus de Ribeirão Preto - e Mestre e Doutorando em Economia pela Universidade de São Paulo.

reducionista, qual seja, o de reduzir fatos sociais a fundamentos essencialmente não sociais, teria sido pela primeira vez levado a cabo de maneira adequada<sup>3</sup>

Basta, todavia, que nos detenhamos mais aprofundadamente sobre tal modelo para que esta primeira impressão seja desfeita. Isso aparece de modo mais evidente quando consideramos o famoso problema decorrente da adoção, pelo modelo de Arrow e Debreu, da hipótese de concorrência perfeita. Segundo esta hipótese todos os agentes são tomadores de preços, isto é, não ditam os preços mas tomam-nos como um dado fora de seu alcance. Se é assim, quem fixa os preços? É preciso então introduzir no modelo, como um *deus ex machina*, a figura do leiloeiro walrasiano, que tem por finalidade ditar os preços das diversas mercadorias até que se estabeleça o equilíbrio simultâneo de todos os mercados. Assim, a formação de preços, que se pretendia explicar a partir dos axiomas iniciais, passa a depender de um recurso teórico que não tem fundamento em nenhum desses axiomas, isto é, em nenhum suposto comportamental ou técnico. A ordem social é imposta por um artifício teórico e não, como se pretendia, derivada dos comportamentos individuais.

Este problema pode ser encarado, entretanto, como passageiro. Poder-se-ia argumentar que o recurso à figura do leiloeiro walrasiano poderá ser dispensado tão logo se desenvolva um instrumental analítico adequado para a elaboração de modelos que dispensem a hipótese de concorrência perfeita.

Deixemos, contudo, de lado tal questão e debruçemo-nos sobre os pressupostos básicos da teoria neoclássica. Seriam esses pressupostos, de fato, pressupostos que prescindem de qualquer determinação social? Tomemos, por exemplo, a caracterização dos consumidores tal como ela é apresentada em *Theory of Value* de Debreu. Lá cada um deles aparece como um agente portador de uma estrutura de preferências dada, possuidor de uma dotação inicial de recursos e que "age" de maneira auto-centrada buscando uma opção de consumo tal que nenhuma das outras opções de consumo acessíveis lhe sejam preferidas. Entretanto, o modelo impõe claramente uma restrição *a priori*: esse consumidor só pode atingir sua opção preferida de um modo - através da troca mercantil<sup>4</sup>, que é o único meio de relação material entre os diferentes agentes. Se nos perguntarmos, agora, por que esse agente não pode obter o que deseja através da apropriação unilateral (sem troca) das dotações iniciais dos outros consumidores ou de parte destas, empregando, por exemplo, a violência ou a fraude, e, se nos perguntarmos por que não é possível outra forma de distribuição da produção e da riqueza da economia que não aquela que resulta das trocas mercantis, não encontraremos nos axiomas do modelo nenhuma resposta, ao menos nenhuma resposta baseada em pressupostos psicológicos ou tecnológicos. A resposta só pode ser uma: desde o início, o modelo de equilíbrio geral, assim como todos os modelos neoclássicos, pressupõe uma forma específica de sociedade, uma sociedade mercantil, onde os indivíduos detêm a propriedade privada da riqueza social, onde as trocas mercantis são reguladas pelo mercado, onde a sociedade é tida pelo indivíduo como um meio para atingir seus fins particulares; pressupõe, enfim, a sociedade burguesa moderna.

3 A crença na validade deste projeto foi mais forte entre alguns pensadores do século XIX, entre eles muitos economistas, como foi o caso do jovem J. S. Mill, que apresenta sua posição a este respeito no famoso artigo intitulado "Da definição de economia política e do método de investigação próprio a ela". O próprio Mill, entretanto, procura abrandar suas reducionistas em sua obra madura, ao se dar conta do significado essencialmente anti-humanista que estas carregariam.

4 Na verdade, ele também poderia empregar parte de sua dotação inicial de recursos para produzir aquilo que deseja consumir. Mas, se esse fosse o caso, apenas por uma questão formal, diz-se que ele vendeu parte de sua dotação inicial para uma firma que o pagou com os bens e serviços produzidos com esses recursos.

Dessa forma, o modelo de equilíbrio geral, ou qualquer outro modelo econômico existente, não reduz efetivamente o social ao psicológico e ao técnico. Para aqueles economistas que têm por objetivo último tal redução, se é que ainda existem economistas que pensam assim, isso continua sendo um problema crucial. Entretanto, isso não é problema para aqueles teóricos que não têm pretensão de realizar tal redução. Com efeito, diversos defensores do programa neoclássico argumentariam, com razão, que evidentemente, o comportamento humano depende, em grande medida, da estrutura sócio-econômico-cultural na qual os homens estão inseridos; que, reconhecidamente, essa estrutura, fruto de longo desenvolvimento histórico, não pode, de modo algum, ser explicada exclusivamente a partir de elementos psicológicos ou naturais de qualquer espécie; que é exatamente por isso que os modelos econômicos assumem, como ponto de partida, alguns pressupostos que refletem as especificidades das sociedades modernas; e que, entretanto, isso não tira a importância de tais modelos, uma vez que eles servem de instrumento eficaz de previsão e de compreensão do fatos econômicos.

Embora possa ser uma crítica a uma eventual pretensão reducionista da teoria econômica neoclássica, o que se apresentou até aqui não pretende ser, portanto, uma crítica a essa teoria em si. Servirá, contudo, como ponto de apoio à argumentação que se segue, onde defende-se que a teoria neoclássica deixa lacunas no entendimento de alguns problemas econômicos, lacunas estas que podem ser preenchidas por teorias alternativas.

## 2 - NOVAS QUESTÕES

Se, contrariando uma visão reducionista da sociedade, assumirmos que as formas da vida social são irredutíveis, precisaremos evitar outro erro: atribuir a essas formas sociais uma existência entitativa, completamente independente dos agentes sociais<sup>5</sup>. Evidentemente as formas pelas quais a sociedade se estrutura só existem porque são produzidas e reproduzidas pelos indivíduos desta sociedade. Um entendimento adequado da sociedade requer, portanto, a compreensão do processo de gênese das formas sociais e de como essas formas se reproduzem através do comportamento individual dos agentes sociais, isto é, de como os indivíduos são levados a repor as condições necessárias à permanência dessas formas.

A teoria neoclássica não é capaz de cumprir tal tarefa, pois ela parte, conforme vimos, de formas sociais já estabelecidas e não se pergunta sobre a sua origem nem sobre as condições de sua reprodução. Supõe implicitamente que esta reprodução não é problemática e que, portanto, podemos assumir essas formas como algo imutável<sup>6</sup>. Ora, essa suposição, embora seja necessária à modelagem

5 Este é um erro que aparece freqüentemente, por exemplo, entre os autores marxistas, para os quais a explicação de um fato está completa quando se mostra a sua funcionalidade para o capital, dispensando-se qualquer referência ao que leva os agentes sociais a engendrar tal fato. Observe-se que este não era o procedimento explicativo adotado por Marx. Se sua obra causa tal impressão isto se deve à sua constante preocupação em mostrar a intervenção de fins em meios que se verifica nas sociedades capitalistas.

6 Entenda-se novamente que não se trata aqui de fazer a crítica da teoria neoclássica em si, mas sim a crítica daqueles que procuram estender a validade dessa teoria para além de seus limites. Que a economia neoclássica deveria ser complementada por disciplinas históricas, por exemplo, já era reconhecido por Jevons: "A economia política - afirma ele - está num estado caótico no presente, porque se faz necessário subdividir uma

econômica, não é adequada para a compreensão de alguns problemas tipicamente econômicos, como procurar-se-á argumentar aqui através de três exemplos.

Um primeiro problema que não pode ser bem compreendido simplesmente a partir da teoria neoclássica é ligado à teoria do desenvolvimento econômico. Quando nos perguntamos de que maneira um país pode passar de uma situação de subdesenvolvimento para uma situação de desenvolvimento, devemos levar em conta que essa passagem só é possível se novas formas de relações sociais (normalmente relações típicas das sociedades capitalistas modernas) forem introduzidas nesse país. Assim sendo, um ponto importante, senão o mais importante, para a compreensão dos processos de desenvolvimento econômico é o estudo das condições de emergência dessas formas sociais.

A teoria neoclássica também é incompleta quando procuramos instrumentos para avaliar normativamente as economias modernas. Não se trata aqui da capacidade da teoria oferecer bons critérios normativos (ela tem um: o da eficiência paretiana) mas sim de sua capacidade de lançar luz sobre problemas relevantes do ponto de vista normativo. Por exemplo: pode ser considerado indesejável que os membros de uma sociedade estejam sempre insaciados materialmente apesar de terem já supridas suas necessidades básicas de alimentação, moradia, educação e saúde. Se quisermos avaliar uma formação social sob esse ponto de vista, a teoria neoclássica nada pode nos oferecer, pois ela parte do princípio de que as preferências individuais são dadas, isto é, ela não se preocupa com a questão da formação dessas preferências. Se utilizarmos um instrumental teórico, por outro lado, que leve em consideração como a formação de preferências faz parte do processo de reprodução social, podemos chegar à conclusão de que determinada forma social é má (ou boa) porque leva (ou não leva) cada indivíduo isolado (ou grupos isolados de indivíduos) a buscar induzir, através da propaganda, por exemplo, em outros indivíduos, necessidades materiais crescentes.

Em último lugar, uma teoria da reprodução social, mais especificamente, uma teoria da reprodução das formações econômicas, talvez pudesse explicar as crises econômicas de modo mais satisfatório do que é feito pela economia tradicional. Isso simplesmente porque provavelmente grande parte das crises econômicas podem ser, na verdade, crises de reprodução das modernas estruturas econômicas.

### 3 - KARL MARX: UMA FONTE DE REFERÊNCIA

Se, seguindo o que foi sugerido acima, passarmos a dar maior ênfase ao estudo das condições de emergência e de reprodução das formas sociais vigentes, não podemos deixar de ter por referência a obra madura de um dos mais polêmicos economistas clássicos - Karl Marx. Esse autor reinterpreta a economia clássica inglesa atribuindo às suas leis o caráter de leis específicas de uma determinada forma de organização econômica, o capitalismo. Ademais, sua postura crítica frente ao capitalismo leva-o a indagar-se sobre as condições de reprodução e sobre o devir histórico desta formação social.

---

esfera demasiado extensa do conhecimento. (...) Só mediante o reconhecimento de um ramo da *Sociologia Econômica*, possivelmente junto com três outros ramos da ciência estatística, jurídica ou social, poderemos salvar nossa ciência desse estado desordenado" (Jevons, S., 1986, p. 37, *itálicos adicionados*). Um pouco mais acima, ele explica que entende por sociologia "A Ciência da Evolução das Relações Sociais" (*Ibid.*).

Mas o que faz de Marx um autor digno de nota, segundo o ponto de vista aqui defendido, são também os resultados interessantes que ele obtém em sua obra. Sem dúvida, um dos mais interessantes desses resultados consiste na derivação de todas as complexas relações com as quais ele lida, a partir do desenvolvimento de uma forma social básica, a mercadoria, que ele considera "a forma celular da economia" (Marx, 1983, p. 12) das sociedades burguesas. É de se destacar ainda que, partindo da mercadoria como forma social, Marx consegue introduzir em sua teoria dois objetos que recursivamente embaraçam os economistas - o dinheiro<sup>7</sup> e o capital.

Observe-se ainda o potencial crítico do trabalho de Marx. Este se manifesta em dois aspectos fundamentais e interligados. Primeiramente Marx procura mostrar como as relações econômicas capitalistas aparecem aos agentes sociais como relações que lhes são externas e independentes e que impõem-se a eles como leis naturais e cegas<sup>8</sup>. Em segundo lugar, Marx mostra como o sistema econômico capitalista acaba por interverter a finalidade da produção social - esta que, do ponto de vista individual, parece ser a satisfação das necessidades de consumo, revela-se, quando o sistema é considerado em seu conjunto e em movimento, como a constante obtenção de (mais) valor, a obtenção de valor de uso sendo relegada a mera finalidade aparente, embora real, do sistema<sup>9</sup>.

Digna de nota ainda é a conotação que Marx dá às crises econômicas no capitalismo. Para ele, elas sempre aparecem como crises de reprodução, seja nas crises cíclicas de realização, quando o capital não consegue retornar à sua forma adequada de valor, o dinheiro, resultando na impossibilidade de realização tanto do valor como do valor de uso das mercadorias, seja numa eventual crise final do capitalismo, quando este, devido às próprias necessidades de sua reprodução acaba por solapar a sua base de valorização.

Evidentemente, é preciso ter em mente que Marx não dá resposta a todos os problemas relevantes para os nossos dias. O problema do desenvolvimento econômico pensado como um problema de implantação das relações capitalistas, por exemplo, não foi abordado por ele de maneira satisfatória. É verdade que Marx esboça, principalmente nos *Grundrisse*, quais seriam as precondições históricas do surgimento do capitalismo, a saber, o surgimento de uma classe de trabalhadores livres "de toda a propriedade" (Marx, 1985, p. 57), por um lado, e, por outro lado, a acumulação de meios de subsistência e de dinheiro capaz de adquirir esses meios nas mãos de outros grupos sociais. Essas condições não são, entretanto, ao que parece, suficientes para garantir a dominação das relações capitalistas. Antigas formas de dominação parecem resistir por muito tempo em economias subdesenvolvidas onde essas condições já foram preenchidas e entravar um processo de aumento significativo da capacidade produtiva.

Existem ainda outras lacunas e problemas mais sérios na obra de Marx. Um deles é a crença exagerada que este autor depositava na razão humana. Ele parece sugerir que a humanidade poderia ter um controle sobre as condições de produção e distribuição da riqueza de tal monta, que seria possível dispensar qualquer tipo de organização sistêmica da economia, isto é, que seria possível

- 
- 7 Para uma discussão mais detalhada sobre a dificuldade encontrada por uma série de economistas ao lidar com o dinheiro e sobre a forma como este é pensado por Marx, ver Paulani, 1991.
  - 8 Este tema é desenvolvido de uma forma mais explícita no item 4 do capítulo 1 do livro primeiro de *O Capital*, "O caráter fetichista da mercadoria e seu segredo", mas aparece recorrentemente em toda a obra econômica do Marx maduro.
  - 9 Da mesma forma ele procura mostrar que a liberdade, a propriedade e a riqueza humanas são, em essência, no capitalismo, não liberdade, não riqueza e não propriedade. Ver, a esse respeito, Fausto, 1983, pp. 46-47.

ter um controle sobre as condições de produção e distribuição da riqueza de tal monta, que seria possível dispensar qualquer tipo de organização sistêmica da economia, isto é, que seria possível abolir por completo a forma mercadorista. A experiência histórica recente do assim chamado socialismo real mostrou os perigos decorrentes da adoção dessa crença como guia de um projeto político efetivo. Em grande parte, o erro de Marx parece derivar do fato de que ele não foi capaz de notar que as grandes organizações humanas, mesmo quando concebidas pelo homem, como é o caso das organizações burocráticas, acabam por assumir uma autonomia frente aos indivíduos que as suportam assim como uma propensão a interverter fins semelhantes aos do sistema capitalista.

Concluindo, a obra de Marx é uma referência importante e talvez fundamental para o desenvolvimento de uma análise das economias modernas que leve em consideração a existência de formas sociais históricas e que quer compreender tanto a emergência quanto a reprodução de tais formas. Todavia, é preciso ser cauteloso e reconhecer que esta obra, como qualquer obra humana, está repleta de problemas e dificuldades, que ela foi escrita no século passado, não podendo, por isso, levar em consideração todas as características relevantes das sociedades modernas, e que, portanto, embora servindo de referência ou mesmo ponto de partida, ela deve ser criticada e superada.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DEBREU, G. - *Theory of Value*. Yale University Press, 1959.
- FAUSTO, Ruy - *Marx: Lógica e Política*, Tomo I. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- \_\_\_\_\_ - *Marx: Lógica e Política*, Tomo II. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- JEVONS, W. S. - *A Teoria da Economia Política*. São Paulo, Nova Cultural, Coleção Os Economistas, 1986.
- MARX, K. - *O Capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- \_\_\_\_\_ - *Grundrisse*. Cidade do México, Fondo de Cultura Econômica, 1985.
- \_\_\_\_\_ - *Para a Crítica da Economia Política*. São Paulo, Nova Cultural, Coleção Os Pensadores, 1987.
- OLIVEIRA, R. Guena - *A Questão do Valor em Marx*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1992.
- PAULANI, Leda - *Do Conceito do Dinheiro e do Dinheiro como Conceito*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1991.
- STUART MILL, J. - *Da Definição de Economia Política e do Método de Investigação Próprio a Ela*. São Paulo, Abril Cultural, Coleção Os Pensadores, 1974.